

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS**

2022

ANEXO I

METAS FISCAIS

SÃO JOSÉ DOS AUSENTES – RS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2019	2020	2021	2022	2023	2024
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I.P.C.A)	4,31%	4,52%	8,35%	4,10%	3,25%	3,00%
VARIACAO PIB	1,10%	-4,10%	5,04%	1,63%	2,30%	2,50%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	0,84%	0,73%	0,90%	0,82%	0,82%	0,85%
CRESCIMENTO AUTONOMO DE OUTROS CUSTEIOS	1,99%	2,73%	3,06%	2,59%	2,09%	2,82%
ESFORÇO NA ARRECAÇAO DE TRIBUTARIA	7,90%	8,24%	7,92%	8,02%	8,06%	8,00%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	1,58%	1,85%	2,77%	2,07%	2,23%	2,36%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO			5,65%	4,14%	4,83%	4,89%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	3,78%	4,00%	0,00%	8,35%	3,25%	3,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	3,78%	4,00%	0,00%	8,35%	3,25%	3,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	134,81%	43,05%	92,34%	90,07%	75,15%	85,85%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	6,50%	4,90%	6,59%	6,79%	6,62%	6,52%
Taxa de Câmbio (Média do Ano)	3,65	3,94	5,07	5,15	5,07	5,02

1 - Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origens/específicas de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

2 - Os percentuais referentes ao IPCA, Variação do PIB, Taxa Slic e Taxa de Câmbio foram extraídos do Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil (<https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas>)

[illegible]**TAL DAS RECEITAS ARRECADADAS**

	CONTAS						Valores em R\$ 1,00			
	CONSOLIDADAS ANUAIS						PAGA	PAGA	PAGA	PROJETADO
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024			
DESPESAS CORRENTES	17.769.500,52	18.454.715,32	18.471.616,79	18.923.012,15	23.328.760,97	24.719.985,06	26.381.954,57			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.847.781,20	11.652.989,10	11.821.744,61	11.645.918,72	14.982.020,55	15.861.150,10	17.000.412,59			
Pessoal - Executivo / Indiretas	8.864.081,48	9.775.808,03	10.450.805,82	10.190.898,58	13.039.928,79	14.014.979,30	14.994.433,17			
Pessoal - Legislativo										
Pessoal do RPPS										
Pessoal - Restos a Pagar Pagos	983.699,72	976.219,07	1.340.934,79	1.459.020,14	1.612.098,56	1.732.577,49	1.853.650,77			
Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS		951.162,00			330.053,21	113.593,31	152.318,64			
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
Juros e Encargos da Dívida - Executiv / Indiretas										
Juros e Encargos da Dívida - Legislativo										
Juros e Encargos da Dívida RPPS										
Juros e encargos da Dívida - Restos a Pagar Pagos										
Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.921.719,32	6.801.726,22	6.649.872,18	7.273.093,43	8.346.740,41	8.858.834,96	9.381.541,98			
Outras Despesas Correntes - Executivo	7.877.620,83	6.773.798,90	6.649.872,18	7.273.093,43	8.334.995,97	8.846.365,97	9.363.341,51			
Outras Despesas Correntes - Legislativo										
Outras Despesas Correntes RPPS	44.098,49	27.927,32			11.744,44	12.464,99	13.200,47			
Outras Despesas Correntes - Restos a Pagar Pagos										
Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS										
DESPESAS DE CAPITAL										
INVESTIMENTOS	3.165.655,82	3.587.353,48	4.262.144,96	4.713.585,64	8.859.563,59	15.571.367,05	29.398.795,61			
Investimentos - Executiv / Indiretas	2.671.978,79	3.150.191,03	3.814.861,28	4.261.829,81	8.349.135,31	15.098.966,16	28.903.732,26			
Investimentos - Legislativo	2.671.978,79	3.150.191,03	3.814.861,28	4.261.829,81	8.349.135,31	15.098.966,16	28.903.732,26			
Investimentos - Restos a Pagar Pagos										
Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS										
INVERSOES FINANCEIRAS										
Concessão de Empréstimos e Financiamentos										
Outras Inversões Financeiras - Executiv / Indiretas										
Outras Inversões Financeiras - Legislativo										
Outras Inversões Financeiras - Restos a Pagar Pagos										
Outras Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	493.677,03	437.162,45	447.283,68	451.755,83	510.428,28	472.400,89	495.063,35			
Amortização da Dívida - Executiv / Indiretas	230.509,85	208.500,40	447.283,68	451.755,83	431.092,55	445.092,73	458.445,51			
Amortização da Dívida - Legislativo										
Amortização da Dívida - RPPS										
Amortização da Dívida - Restos a Pagar Pagos										
Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	263.167,17	228.662,05			79.345,73	27.308,16	36.617,83			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS					(5.601.654,98)	(11.953.389,33)	(25.621.573,29)			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS					1.079.482,45	1.142.594,60	1.208.266,07			
TOTAL DAS DESPESAS	20.935.156,34	22.042.068,80	22.733.761,75	23.636.597,79	27.666.152,02	29.480.557,38	31.367.442,96			

Município de : São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
EXERCÍCIO DE 2022

ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024				R\$ 1,00
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (c / RCL) x 100	
Receita Total	27.666.152,02	26.576.514,91	101,32%	29,48%	27.428.047,98	26.347.416,19	101,23%	31,36%	28.333.557,20	27.225.908,62	101,27%	97,31%	
Receitas Primárias (I)	26.566.506,19	25.520.178,86	97,25%	28,31%	26.319.059,22	26.018.004,37	96,05%	29,77%	26.891.843,80	25.995.517,60	96,11%	92,8%	
Receitas Primárias Correntes	26.227.945,49	25.194.962,44	96,05%	27,99%	25.884.936,68	25.404.182,96	94,65%	28,89%	26.005.985,58	25.158.481,35	96,17%	92,8%	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.316.078,53	2.224.859,30	96,05%	2,31%	2.284.093,98	2.174.356,92	95,63%	2,31%	2.284.093,98	2.174.356,92	95,63%	2,31%	
Contribuições	1.744.491,51	1.675.784,35	96,05%	1,74%	1.674.934,50	1.600.669,34	95,89%	1,74%	1.674.934,50	1.600.669,34	95,89%	1,74%	
Transferências Correntes	21.829.425,78	20.969.669,34	95,89%	21,83%	20.969.669,34	20.969.669,34	95,89%	21,83%	20.969.669,34	20.969.669,34	95,89%	21,83%	
Demais Receitas Primárias Correntes	337.549,67	324.639,45	96,19%	0,34%	324.639,45	324.639,45	96,19%	0,34%	324.639,45	324.639,45	96,19%	0,34%	
Receitas Primárias de Capital	338.560,70	325.235,42	96,13%	0,34%	325.235,42	325.235,42	96,13%	0,34%	325.235,42	325.235,42	96,13%	0,34%	
Despesa Total	27.586.806,29	26.500.294,23	97,90%	29,45%	26.453.249,22	27.402.541,08	101,03%	31,33%	28.300.825,12	27.300.481,07	101,07%	97,31%	
Despesas Primárias (II + III)	27.155.723,74	26.086.189,96	96,42%	28,31%	26.086.189,96	25.884.936,68	96,19%	28,31%	26.086.189,96	25.884.936,68	96,19%	28,31%	
Despesas Primárias Correntes	22.968.707,75	22.092.898,90	96,23%	24,60%	22.092.898,90	21.884.936,68	99,04%	24,60%	22.092.898,90	21.884.936,68	99,04%	24,60%	
Pessoal e Encargos Sociais	14.851.567,34	14.074.866,58	94,83%	15,74%	14.074.866,58	14.074.866,58	94,83%	15,74%	14.074.866,58	14.074.866,58	94,83%	15,74%	
Outras Despesas Correntes (Primárias)	8.346.740,41	8.018.002,31	96,07%	8,35%	8.018.002,31	8.018.002,31	96,07%	8,35%	8.018.002,31	8.018.002,31	96,07%	8,35%	
Despesas Primárias de Capital	8.349.135,31	8.020.302,89	96,07%	8,35%	8.020.302,89	8.020.302,89	96,07%	8,35%	8.020.302,89	8.020.302,89	96,07%	8,35%	
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	330.053,21	317.054,00	97,58%	0,33%	317.054,00	317.054,00	97,58%	0,33%	317.054,00	317.054,00	97,58%	0,33%	
Reserva de Contingência (II-a)	4.522.172,54	4.344.065,84	96,07%	16,56%	4.344.065,84	4.344.065,84	96,07%	16,56%	4.344.065,84	4.344.065,84	96,07%	16,56%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	569.217,55	566.011,09	99,47%	-2,16%	569.217,55	566.011,09	99,47%	-2,16%	569.217,55	566.011,09	99,47%	-2,16%	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	569.217,55	566.011,09	99,47%	-2,16%	569.217,55	566.011,09	99,47%	-2,16%	569.217,55	566.011,09	99,47%	-2,16%	
Dívida Pública Consolidada	2.319.087,44	2.227.749,70	95,99%	8,49%	2.294.700,35	2.134.937,63	92,99%	7,88%	2.292.617,30	2.070.873,40	90,33%	7,40%	
Dívida Consolidada Líquida	2.317.953,29	2.284.297,11	98,56%	-8,71%	2.908.336,54	2.705.850,95	93,03%	-9,99%	3.309.997,44	2.989.851,67	87,60%	-10,69%	
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	-	-	-	0,00%	

Conforme o item 02.02.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, as METAS FISCAIS representam os resultados a serem alcançados para variáveis fiscais visando atingir os objetivos desejados quanto à trajetória de endividamento no médio prazo. Pelo princípio da gestão fiscal responsável, as metas representam a conexão entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento. Esses parâmetros indicam os rumos da condução da política fiscal para os próximos exercícios e servem de indicadores para a promoção da limitação de empenho e de movimentação financeira.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município, ressaltando-se que, para fins de equilíbrio formal entre os valores previstos, e de acordo com as instruções do item 03.05.01 do Manual dos Demonstrativos Fiscais, os valores projetados da Reserva de Contingência estão sendo somados às despesas primárias;
- 4 – o resultado nominal que, para fins do Anexo e avaliação das metas fiscais deve ser calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da compensação entre os juros ativos e passivos, representado a variação do estoque da dívida;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constatado como receitas no orçamento, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL – corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2022
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 04/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2022	2023	2024
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	30.734.292,83	32.769.157,27	34.886.870,18
II - DEDUÇÕES	3.427.920,04	3.664.570,56	3.911.829,35
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	1.744.491,51	1.874.934,50	2.005.966,58
Compensação Financeira entre Regimes	-	-	-
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	958.773,93	1.012.702,57	1.069.160,73
Deduções da Receita Corrente	3.406.701,51	3.642.662,43	3.889.263,97
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	27.306.372,79	29.104.586,71	30.975.040,83

Município de : São José dos Ausentes
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022
Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2022 a 2024

PODER EXECUTIVO			
	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	14.745.441,31	15.716.476,82	16.726.522,05
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	14.008.169,24	14.930.652,98	15.890.195,95
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	13.270.897,18	14.144.829,14	15.053.869,85
PODER LEGISLATIVO			
	2022	2023	2024
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.638.382,37	1.746.275,20	1.858.502,45
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.556.463,25	1.658.961,44	1.765.577,33
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.474.544,13	1.571.647,68	

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Lega, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : São José dos Ausentes
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,				R\$ 1,00				
ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em	% PIB	% RCL	Variação	
	2020 (a)						Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	25.501.709,65	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF		26.207.308,54	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 10ª edição do MDF	121,47%	705.598,89	2,77%
Receita Primárias (I)	25.501.709,65		118,20%	24.028.456,99		111,37%	1.473.252,66	-5,78%
Despesa Total	25.501.709,65		118,20%	22.733.761,75		105,37%	2.767.947,90	-10,85%
Despesa Primárias (II)	25.501.709,65		118,20%	22.286.478,07		103,30%	3.215.231,58	-12,61%
Resultado Primário (I-II)	-			1.741.978,92		8,07%	1.741.978,92	-
Resultado Nominal	-		0,00%			0,00%	-	-
Dívida Pública Consolidada	2.264.064,11		10,49%	2.300.949,50		10,66%	36.885,39	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	-		-21,52%	- 1.703.353,84		0,00%	2.940.348,65	0,00%

Valor da Receita Corrente Líquida de 2020	R\$	21.575.056,86
---	-----	---------------

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2020), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Município de : São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2022

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	24.013.917,84	25.134.428,98	4,67%	25.501.709,65	1,46%	27.665.152,02	8,49%	29.480.557,38	6,56%	31.367.442,96	6,40%
Receitas Primárias (I)	24.013.917,84	25.134.428,98	4,67%	25.501.709,65	1,46%	26.565.506,19	4,18%	28.319.059,22	6,60%	30.141.191,28	6,43%
Despesa Total	24.013.917,84	25.134.428,98	4,67%	25.501.709,65	1,46%	27.585.806,29	8,18%	29.453.249,22	6,77%	31.330.825,12	6,37%
Despesas Primárias (II)	24.013.917,84	25.134.828,98	4,67%	25.501.709,65	1,46%	27.155.723,74	6,49%	29.008.156,49	6,82%	30.872.379,61	6,43%
Resultado Primário (I - II)	-	-	0	-	0	589.217,55	0	689.097,27	16,95%	731.188,33	6,11%
Resultado Nominal	-	-	0	-	0	589.217,55	0	689.097,27	16,95%	731.188,33	6,11%
Dívida Pública Consolidada	2.392.248,71	2.300.949,50	-3,82%	2.264.064,11	-1,60%	2.319.087,44	2,43%	2.294.700,35	-1,05%	2.292.617,30	-0,09%
Dívida Consolidada Líquida	- 786.803,54	- 1.703.353,84	116,49%	- 4.643.702,49	172,62%	- 2.377.953,29	-48,79%	- 2.908.336,54	22,30%	- 3.309.997,44	13,81%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2019	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %	2023	Variação %	2024	Variação %
Receita Total	27.195.142,39	27.233.153,80	0,14%	25.501.709,65	-6,36%	26.576.514,91	4,21%	27.428.047,98	3,20%	28.333.557,20	3,30%
Receitas Primárias (I)	27.195.142,39	27.233.153,80	0,14%	25.501.709,65	-6,36%	25.520.178,86	0,07%	26.347.416,19	3,24%	27.225.909,62	3,33%
Despesa Total	27.195.142,39	27.233.153,80	0,14%	25.501.709,65	-6,36%	26.500.294,23	3,92%	27.402.641,08	3,41%	28.300.481,07	3,28%
Despesas Primárias (II)	27.195.142,39	27.233.587,20	0,14%	25.501.709,65	-6,36%	26.086.189,96	2,29%	26.988.536,81	3,46%	27.885.376,80	3,33%
Resultado Primário (I – II)	-	433,40	-	-	-100,00%	566.011,09	-	641.120,61	13,27%	660.467,18	3,02%
Resultado Nominal	-	-	-	-	-	566.011,09	-	641.120,61	13,27%	660.467,18	3,02%
Dívida Pública Consolidada	2.709.159,94	2.493.078,78	-7,98%	2.264.064,11	-9,19%	2.227.749,70	-1,60%	2.134.937,63	-4,17%	2.070.873,40	-3,00%
Dívida Consolidada Líquida	- 891.034,71	- 1.845.583,89	107,13%	- 4.643.702,49	151,61%	- 2.284.297,11	-50,81%	- 2.705.850,95	18,45%	- 2.989.851,67	10,50%

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparência** às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal, de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas. Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2022), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2019, 2020 e 2021), bem como para os dois seguintes (2023 e 2024), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2019, 2020 e 2021 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2022, 2023 e 2024, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2020	2019	2018
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2018			-
RECEITAS DE CAPITAL	77.200,00	79.200,00	569.400,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	77.200,00	79.200,00	569.400,00
Alienação de Bens Móveis	77.200,00	79.200,00	569.400,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	-	-	-
TOTAL	77.200,00	79.200,00	569.400,00

DESPESAS EXECUTADAS	2020	2019	2018
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	-	60.000,00	566.830,75
Investimentos		60.000,00	566.830,75
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida		-	
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	60.000,00	566.830,75
SALDO FINANCEIRO			
	98.969,25	21.769,25	2.569,25

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2018, 2019 e 2020).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)										R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	2022				2023				2024	
	Valor	Valor	% PIB	Preenchimento Opcional Cfe 1º Edição do MDF	Valor	Valor	% PIB	Preenchimento Opcional Cfe 1º Edição do MDF	Valor	% PIB
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100		Corrente (b)	Corrente (c)	(b / PIB) x 100		Corrente (c)	(c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	2.073.017,38	1.991.371,16			2.140.390,44	2.056.090,72			2.204.602,15	2.122.913,66
Receitas Primárias RPPS (I)	2.073.017,38	1.991.371,16			2.140.390,44	2.056.090,72			2.204.602,15	2.122.913,66
Despesa Total RPPS	1.133.405,84	1.088.766,42			1.442.689,66	1.342.246,03			1.529.198,00	1.381.292,67
Despesas Primárias RPPS (II)	1.133.405,84	1.088.766,42			1.442.689,66	1.342.246,03			1.529.198,00	1.381.292,67
Resultado Primário RPPS (I - II)	939.611,54	902.604,75			697.700,78	713.844,69			675.404,15	741.620,99

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : São José dos Ausentes
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES				
PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020	
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ 1.366.524,09	R\$ 2.485.031,73	R\$ 1.617.030,16	
Receita de Contribuições dos Segurados		R\$ 453.041,24	R\$ 530.933,43	
Civil		R\$ 453.041,24	R\$ 530.933,43	
Ativo		R\$ 453.041,24	R\$ 530.933,43	
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais				
Civil				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar				
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita Patrimonial	R\$ 1.366.524,09	R\$ 2.016.693,32	R\$ 1.073.938,32	
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 1.366.524,09	R\$ 2.016.693,32	R\$ 1.073.938,32	
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes		R\$ 15.327,17	R\$ 12.157,76	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do				
Demais Receitas Correntes		R\$ 15.327,17	R\$ 12.157,76	
RECEITAS DE CAPITAL (III)	R\$ 1.490.822,76	R\$ 122.925,00		
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital	R\$ 1.490.822,76	R\$ 122.925,00		
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	R\$ 2.857.346,85	R\$ 2.607.986,73	R\$ 1.617.030,16	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2019	2020	
Benefícios - Civil			R\$ 1.191.479,57	
Aposentadorias			R\$ 963.115,67	
Pensões			R\$ 222.640,60	
Outros Benefícios Previdenciários			R\$ 5.723,30	
Benefícios - Militar				
Reformas				
Pensões				
Outros Benefícios Previdenciários				
Outras Despesas Previdenciárias	R\$ 44.098,49	R\$ 34.807,88		
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS				
Demais Despesas Previdenciárias	R\$ 44.098,49	R\$ 34.807,88		
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	R\$ 2.813.248,36	R\$ 2.573.178,55	R\$ 1.191.479,57	
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²				
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2018	2019	2020	
VALOR				
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2019	2020	
VALOR				
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO	2018	2019	2020	
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar				
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outros Aportes para o RPPS				
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro				
BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2019	2020	
Caixa e Equivalentes de Caixa				
Investimentos e Aplicações				
Outro Bens e Direitos				

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício anterior) + (c)
2021	1.653.744,27	1.489.343,62	164.400,64	25.737.755,76
2022	1.470.265,52	1.434.738,37	35.527,15	25.773.282,91
2023	1.398.797,64	1.428.126,66	-29.329,02	25.743.953,89
2024	1.328.320,75	1.465.862,96	-137.542,21	25.606.411,68
2025	1.243.889,20	1.534.452,17	-290.562,98	25.315.848,71
2026	1.178.208,29	1.508.889,91	-330.681,62	24.985.167,08
2027	1.098.983,22	1.636.483,85	-537.500,63	24.447.666,45

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGE) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2020.

Município de : São José dos Ausentes
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2022	2023	2024	
IPTU	ISENÇÃO	CÓDIGO	48.229,55	49.797,01	51.290,92	Vide Obsevação abaixo
		TRIBUTÁRIO	-	-	-	
		MUNICIPAL	-	-	-	
		TITULO VIII CAPITULO 1 ART ART 105	-	-	-	
TOTAL			48.229,55	49.797,01	51.290,92	-

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2022 foram previstos de acordo com informações da Administração tributária da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2023 e 2024, foram calculados a partir dos valores de 2022, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2023: 3,25%

Inflação para 2024: 3,00%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13 e, 60 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : São José dos Ausentes
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2022

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2022	
Aumento Permanente da Despesa	1.313.857,77	
Decorrente de Receitas Tributárias	296.327,82	
Decorrente de Transferências Correntes	1.017.529,94	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências ao FUNDEB	973.943,21	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.287.800,97	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I-II)	2.287.800,97	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		
Novas DOCC	1.906.869,23	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	1.769.263,65	
Relativas a Outras Despesas Correntes	137.605,58	
Novas DOCC geradas por PPP	-	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	380.931,74	

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2022 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2021-2022

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2022, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2020-2021 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. Quando **for positivo** é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.